Introdução

Alexis Cortés

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORTÉS, A. Introdução. In: *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 15-25. Sociedade & política collection. ISBN: 978-85-7511-477-3. <https://doi.org/10.7476/9788575114773.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

Os pobres urbanos das cidades latino-americanas, durante o século passado, estiveram no centro dos debates dos intelectuais do continente. A reflexão em torno deles alimentou um vasto corpus teórico que tentou compreender a especificidade da questão social nas metrópoles da América Latina, procurando enquadrar a ação coletiva dos moradores das diversas formas de habitação popular em esquemas analíticos coerentes com projetos políticos que disputavam o direito de conduzir as sociedades dependentes pela trilha do desenvolvimento.

Compreendidos, por alguns autores, como massa de manobra potencialmente à disposição de projetos populistas ou revolucionários, como força auxiliar do proletariado, ou como os principais protagonistas de uma nova forma de luta de classes, como diria Manuel Castells (CASTELLS, 1972), apesar do caráter secundário da contradição que os define (consumo/habitação), os marginais ou marginalizados estiveram no núcleo dos debates políticos e teóricos em determinadas conjunturas. Daí que a célebre expressão de Touraine (TOURAINÉ, 1987), aparentemente paradoxal, sobre “a centralidade dos marginais”, define um traço capital do tópico da ação coletiva popular na América Latina.

O alvo da reflexão que quero propor é mostrar qual é o papel das ciências sociais na constituição e reconhecimento como atores políticos dos pobres urbanos das cidades do Rio de Janeiro e de Santiago do Chile: favelados e *pobladores*. Em outras palavras, o que pretendo responder é em que medida as ciências sociais con-

tribuíram para a constituição do Movimento de *Pobladores* e de Favelados, compreendendo ambos os movimentos também como uma construção teórica.

Embora ambas as categorias, favelados e *pobladores*, correspondam a uma forma particular dos pobres urbanos, e não à sua totalidade¹, essas etiquetas concentram boa parte do debate sobre a questão social urbana no continente. A favela provavelmente é a forma de habitação popular que maior impacto teve no imaginário sobre pobreza urbana dentro e fora da academia; enquanto a forma de habitação que deu origem aos *pobladores* teve uma repercussão chave no reconhecimento de um movimento social de caráter eminentemente urbano que, desde uma posição subalterna, é capaz de gerar transformações sociais profundas, não apenas na estrutura urbana como na sociedade em geral. Daí a importância de compreender o papel específico das ciências sociais na conformação destes dois movimentos. Porém, em relação à favela, é preciso fazer uma ponderação. Licia Valladares (1978a) chama a atenção para os “conjuntos” de habitação popular precisamente para contrastar o “favelocentrismo” dos estudos sobre moradia popular. A favela não é o único espaço de habitação dos pobres do Rio de Janeiro, mas constitui um tópico (SILVA, 2012a), ou seja, a favela é um assunto-lugar com características dinâmicas, salvo por sua posição subalterna na trama urbana que, em um sentido amplo, incorpora tematicamente outros tipos de moradia popular, na medida em que é o núcleo da reflexão da questão social urbana no Rio de Janeiro.

Partirei do suposto de que na relação entre ciências sociais e os movimentos sociais estudados opera uma sorte de “dupla hermenêutica” (GIDDENS, 1978), ou seja, um processo de reflexibilidade mutuamente influente entre o movimento social e as

¹ Nem todos os favelados são pobres, nem todos os pobres são favelados; o mesmo vale para os *pobladores*.

ciências sociais. Seguindo a argumentação de Anthony Giddens (1978), as ciências sociais estão inevitavelmente envolvidas com a “dupla hermenêutica” toda vez que os cientistas sociais buscam analisar e compreender um mundo pré-interpretado, pois a conduta social humana implica um processo constante de criação e reprodução dos quadros de significância de sua vida social. Logo, a descrição que o cientista social realiza da vida social é produto dos mesmos tipos de habilidades daqueles que são seu objeto de estudo. Assim, o cientista social não apenas penetra nos quadros de significância utilizados pelos atores leigos para constituir e reconstituir o mundo social, como também incorpora termos e marcos de referência dos atores sociais para a construção do seu vocabulário técnico das ciências sociais. De uma maneira similar, a própria linguagem técnica das ciências sociais interfere no mundo leigo, modificando o mundo social que espera descrever. Segundo o sociólogo inglês,

Da mesma maneira que os cientistas sociais adotam termos diários – ‘significado’, ‘motivo’, ‘poder’ etc. – e os utilizam em sentido especificado, assim também os atores leigos tendem a tomar conceitos e teorias das ciências sociais e incorporá-los como elementos constitutivos da racionalização de sua própria conduta. (GIDDENS, 1978, pp. 167-8).

No caso da questão social urbana do Rio de Janeiro e de Santiago do Chile e, mais especificamente, dos movimentos que animaram as lutas populares nessas duas cidades latino-americanas, a compreensão negativa que dessas ações fizeram as teorias da modernização e da marginalidade, a partir da segunda metade do século XX, influenciou o processo de afirmação dos próprios movimentos. De certa maneira, os movimentos de *pobladores* e de favelados debutam na esfera pública com um discurso que buscava desconstruir o estereótipo dos marginais anômicos elaborado pe-

las ciências sociais. No caso da *Población La Victoria*, em Santiago do Chile, cuja tomada de terrenos, realizada em 1957, é sindicada como o marco de início do movimento de *pobladores* (ESPINOZA, 1988; GARCÉS, 2002), as palavras da principal liderança da tomada, Juan Costa, são esclarecedoras para mostrar o esforço de “limpeza simbólica” (SILVA, 2008) dos *pobladores* em relação ao estigma de *callamperos*:

Sabemos perfeitamente que ganharemos para demonstrar ao Chile inteiro que não merecemos o nome de *Población ‘Callampa’*, com qual, de maneira humilhante e desrespeitosa muitos cidadãos que não conhecem a miséria e o grave problema habitacional que acontece no mundo, se permitem nos motejar. (La Voz de La Victoria, 16 de noviembre 1958. Año 1, n.º 1).

Em um sentido similar, na gênese do Movimento de Favelados carioca, atribuída à organização do Morro de Borel, e que posteriormente significou a fundação da União de Trabalhadores Favelados, ocorreu um processo bastante próximo, mas mediante a afirmação da condição de trabalhadores em oposição à ideia de vagabundos e bandidos com a qual as populações faveladas eram identificadas na mídia, nas políticas públicas e, em certa medida, na academia (GOMES, 1980; LIMA, 1989).

Voltando ao já citado Anthony Giddens (1978, p. 171),

Há um ‘desvio’ contínuo dos conceitos construídos pela sociologia, através do que eles são apropriados por aqueles cuja conduta eles foram originariamente cunhados para analisar, e dessa maneira tendem a se tornar características integrantes *desta* conduta (e por isso, de fato, comprometendo potencialmente a sua utilização original dentro do vocabulário técnico da ciência social).

Talvez o exemplo mais claro para fazer gráfico desse “desvio” seja a apropriação que atualmente os movimentos sociais urbanos estão fazendo do conceito de “direito à cidade” de Lefebvre (LEFEBVRE, 2010), noção que aparece recorrentemente nos discursos, programas e ações políticos de diversos movimentos nas urbes latino-americanas e que é visto por diferentes autores como uma oportunidade de renovação da teoria e prática desses tipos de movimentos (BURGOS, 2012; HARVEY, 2008; SABATINI; WORMALD, 2004). Ainda mais se considerarmos a postergação que este autor sofreu nas ciências sociais latino-americanas, principalmente pela influência de Manuel Castells, cuja *Questão Urbana* foi redigida tendo como um dos principais alvos da sua crítica precisamente a obra de Lefebvre.

No sentido inverso da influência, em mais de uma ocasião, as ciências sociais recolheram dos movimentos de *pobladores* e favelados elementos, categorias e noções para a construção de suas teorias. Talvez o exemplo mais evidente seja a incorporação na Teoria dos Movimentos Sociais Urbanos de uma série de conceitos mobilizados pelo radicalizado movimento de *pobladores* durante o breve período do governo Allende (1970-73). A radicalização dos *pobladores* provocou uma radicalização da teoria que os descrevia. A empolgação das ciências sociais com a afirmação dos *pobladores* de que a tomada do sítio invadido era o primeiro passo para a tomada do poder levou pesquisadores a buscarem desvendar o papel deste novo sujeito na renovação da luta de classes e na construção de uma nova sociedade.

Enfatizar a dimensão performativa das ciências sociais em sua relação com os movimentos estudados, ou seja, a capacidade da ciência para produzir tanto fatos científicos como sociais, moldando a realidade e incidindo nas interpretações cotidianas e na própria construção do sujeito que busca compreender (RAMOS, 2012), não implica desconhecer o papel que outros atores podem ter no processo de emergência e reconhecimento de um movimen-

to social como o dos *pobladores* ou favelados. Aliás, a trajetória de ambos os movimentos é inseparável das contribuições de agentes externos a eles, tais como as igrejas (principalmente Católica), os Partidos Políticos, as organizações não governamentais (ONGs) e o próprio Estado. Assim, esta ênfase performática da ciência social na construção dos movimentos sociais em questão supõe assumir o caráter heterônomo do movimento de *pobladores* e de favelados. Isto quer dizer que os movimentos não surgem de maneira autor-referida como se sua trajetória se fizesse isolada do resto da sociedade.

As ciências cumprem um papel mediador sobre os movimentos sociais em relação à sociedade, mas não de determinação. Logo, os movimentos de *pobladores* e favelados não são uma “invenção” das ciências sociais, no sentido empregado por Lícia do Prado Valladares (2005) para definir o papel das ciências sociais na criação da questão “favela”. Certamente, o movimento de *pobladores* e o de favelados é obra dos próprios *pobladores* e favelados. Não pretendo, portanto, nem subestimar sua importância orgânica no movimento, nem sobrestimar a função das ciências sociais na sua formação. Apenas buscarei assinalar que, embora protagonistas da sua própria história, *pobladores* e favelados contaram com a colaboração ou obstáculo das ciências sociais para o reconhecimento e consolidação de ambos os movimentos. As ciências sociais aparecem, assim, como coprodutoras dos movimentos sociais que buscam analisar. Seguindo Pierre Bourdieu (1999), as ciências sociais formam parte das lutas que descrevem. A construção teórica dos movimentos em questão não é um processo neutro nem alheio às disputas, divergências e contradições que os constituem. Aliás, é precisamente através da reconstrução do papel das ciências sociais na constituição dos movimentos que espero iluminar aspectos até agora desconsiderados na trajetória desses movimentos sociais.

Será mediante a revisão crítica da literatura elaborada pelas ciências sociais, durante a segunda metade do século XX, sobre a

questão social urbana no Rio de Janeiro e em Santiago do Chile, que espero mostrar seu papel na coprodução dos movimentos de favelados e de *pobladores* nessas cidades. Espera-se que, através da reconstrução das polêmicas, da descrição das principais teorias e da análise dos principais intérpretes da questão social urbana, seja possível contribuir à melhor compreensão dos pobres urbanos que encontraram um lugar tanto nas cidades latino-americanas como na história das lutas populares do continente.

A unidade de análise desta pesquisa são as textualidades científicas produzidas a partir da segunda metade do século XX até os anos 1990: artigos, livros e, em menor medida, teses e documentos de trabalho². A seleção desses textos se deu primeiro graças à consulta de obras canônicas na área, o que permitiu reconstruir a bibliografia do período a partir das citações mais recorrentes. Também foram consultados repositórios institucionais de alguns dos centros que pesquisaram com maior atenção à questão urbana (FLACSO, SUR, CEBRAP, EURE etc.). Além disso, foi inestimável o acesso ao arquivo privado do professor Luiz Antônio Machado sobre a literatura brasileira a respeito do tema, assim como a ajuda da obra de Valladares e Medeiros (2003), autoras que sistematizaram toda a produção já feita sobre Favelas entre 1906 e 2000. Embora não exista um esforço análogo no Chile (VALLADARES e COELHO, 1996), o acesso à Biblioteca da PUC-Chile, uma das mais completas na área de *pobladores*, graças à gestão do professor Gonzalo Cáceres do *Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales* dessa universidade, assim como suas próprias indicações bibliográficas, foram fundamentais para a conformação da amostra de textualidades aqui analisadas. Embora a seleção de obras não pretendesse ser exaustiva, foi possível reconstruir o mais relevante

² Trabalhou-se com uma base de cerca de 250 publicações. Para o cálculo desse número foram excluídos textos que, embora citados nesta tese, não correspondem a uma publicação científica do campo de estudos da questão social urbana no Brasil e no Chile no período estudado.

do debate do campo da questão urbana de Santiago e do Rio de Janeiro.

Por que apenas as textualidades e não outras unidades? Um caminho válido de reconstrução dos campos de estudos de favelados e *pobladores* teria sido também tomar como unidade os pesquisadores. Porém, desconsidere trabalhar com eles (por exemplo, através de entrevistas), porque considero que as textualidades já têm muito o que dizer por si só, mas também por minha preocupação de que a realização de entrevistas com os autores terminasse por provocar um viés geracional na amostra final, por razões próprias da idade dos implicados, como também pelo temor de que esta reconstrução se fizesse com os filtros dos debates atuais, o que poderia nos levar a uma ilusão biográfica (BOURDIEU, 2006) e bibliográfica. Ou seja, uma apresentação de trajetórias intelectuais e das produções associadas como projetos originários coerentes e lineares, uma sorte de discurso oficial sobre si e sobre sua própria obra intelectual. Embora sejam totalmente válidos outros caminhos de pesquisa para este objeto, resulta indispensável a análise crítica da literatura produzida na área como condição prévia desses empreendimentos intelectuais.

Não se pretende aqui reconstruir a trajetória dos movimentos de *pobladores* e favelados, embora ao longo do texto se estabeleçam diálogos indispensáveis entre a produção das ciências sociais e a história dos movimentos. Não se espera tampouco gerar uma nova leitura desses movimentos, por isso também não optei por tomar como objeto de estudo os próprios *pobladores* e favelados, pois não pretendia assumir uma postura de busca de uma verdade oculta na autocompreensão que os pobres urbanos fazem de sua ação coletiva. O intuito deste esforço é, a partir do reconhecimento da performatividade das ciências sociais na sua relação com os movimentos, realizar uma autocompreensão das próprias ciências sociais, contribuindo à sua flexibilidade.

As ciências sociais, segundo Bourdieu (1999), possuem o privilégio de converter sua própria prática em objeto de estudo, potenciando assim sua reflexibilidade crítica e a lucidez coletiva e individual do campo. Porém, parece que na relação entre ciências sociais e movimentos sociais, apesar da primeira estar ciente de sua performatividade, pois normalmente os pesquisadores se posicionam no termo esquerdo do binômio emancipação/dominação, nem sempre realiza o exercício crítico de pôr em questão seus próprios pressupostos, interesses e práticas na hora de estudar um movimento social. Fazendo das ciências sociais o objeto de estudo desta pesquisa é que espero contribuir também à reflexibilidade crítica das próprias ciências sociais.

Para tanto, o primeiro capítulo será dedicado à compreensão, como antecedente indireto, das tendências de interpretação da “questão social” em ambos os países, pois nelas já se configura uma tendência que também estará presente na especificação urbana da questão social, a saber, o Brasil, com uma classe operária aparentemente convertida em massa de manobra, e o Chile, com uma classe operária ciente do seu papel histórico na transformação da sociedade. O capítulo 2 tratará sobre a aparição da Teoria da Marginalidade, junto com seus principais pressupostos, enquanto primeira tentativa (ainda nebulosa) de reconhecimento político de favelados e *pobladores*. Os capítulos 3 e 4 serão dedicados respectivamente às escolas que, criticando as teorias da marginalidade, articularam as principais alternativas de compreensão da ação política dos pobres urbanos: movimento classista/radical (Chile) versus um movimento reivindicatório/utilitarista (Rio de Janeiro), respectivamente. No capítulo 5, se mostrará como as ciências sociais reinterpretaram o movimento de *pobladores* durante a ditadura sob três signos diferentes: como um movimiento comunitário, como um anti-movimento social e como um movimento orientado à reconstrução popular do espaço urbano. No capítulo 6, se analisará a experiência dos movimentos na década de 1990,

marcada pela perda de protagonismo social e acadêmico dos *pobladores* devido à desmobilização e à mudança de agenda das ciências sociais. Finalmente, no capítulo 7, realiza-se um balanço dos principais desafios teóricos à luz da reconstrução do campo da questão social urbana em Santiago e no Rio de Janeiro.

*

O Chile e o Brasil, como “casos particulares do possível” da questão social urbana, oferecem um amplo conjunto de experiências populares significativas para a compreensão da ação coletiva dos pobres urbanos das cidades da América Latina, contando, ao mesmo tempo, com um denso arcabouço teórico dado pelos diferentes esforços reflexivos que paralelamente se outorgaram a tarefa de estudar estes fenômenos sociais. A relação entre as ciências sociais e seus objetos de estudo não se faz sem tensões, o que é particularmente evidente no caso da questão social urbana da América Latina, tal como assinala Maura Vêras (2003, p. 86):

A literatura a respeito dos movimentos sociais urbanos muitas vezes oscilou de um otimismo exagerado (da ‘nova modalidade da luta de classes’) ao pessimismo (‘movimentos simplesmente reivindicatórios, peticionários, pequenos burgueses’); muitas vezes se distinguiu entre o ‘morador’ e o ‘cidadão’, ou seja, o primeiro só querendo ‘adaptar-se’ à cidade do capital e o segundo, tendo consciência real dos direitos e deveres, podendo trabalhar por uma efetiva transformação da sociedade.

Em que medida essas polêmicas e tensões na literatura contribuíram para modelar os movimentos sociais aqui convocados? Como as ciências sociais exercem o papel de coprodutores destes movimentos? Como a compreensão de ambos os movimentos como construções teóricas das ciências sociais pode permitir me-

lhor compreender as trajetórias de *pobladores* e favelados como atores políticos e sociais? Nos seguintes capítulos, espero contribuir para responder a essas perguntas.